Capítulo Criminológico Vol. 31, Nº 2, Abril-Junio 2003, 101 - 127
ISSN: 0798-9598

O BATIZADO DOS RECRUTAS: TROTE, SOCIALIZAÇÃO ACADÊMICA E RESISTÊNCIA AO NOVO ENSINO POLICIAL BRASILEIRO

Carlos Linhares de Albuquerque*
Eduardo Paes Machado**

* Psicólogo, Professor do Depto de Ciências Humanas na UNIFACS / BA.

** Sociólogo, Professor do Depto. de Sociologia e Instituto de Saúde Coletiva da UFBA e professor visitante da Universidade de Massachusetts Lowell. E-mail: epasm@hotmail.com/epm@ufba.br

RESUMO

O artigo aborda o trote no encontro inicial dos recrutas calouros com a Academia da Polícia Militar, discutindo suas implicações para a reforma do ensino policial. Analisa o trote como componente de um contra-currículo acadêmico, informal e alternativo, que mina o novo currículo formal de ensino. Utiliza dados coletados por meio de 31 entrevistas semi-estruturadas, técnicas etnográficas e material didático produzido pelos recrutas. Interpreta os abusos, jogos e castigos infligidos aos recrutas calouros pelos veteranos, evidenciando os sentidos diferenciados e complementares do ritual para eles e para a instituição. Revela a existência de um pacto entre a equipe dirigente e os recrutas veteranos para estes ministrarem o trote. Confirma resultados de estudos sobre o papel dos ritos no despojamento da identidade e integração dos novos membros das instituições. Vê o trote como um exemplo da lógica dualista do novo ensino policial, que acena com a perspectiva de democratização, mas mantém práticas autoritárias de socialização. Defende o fim e a substituição do trote por formas de celebração coletivas que contribuam para a efetivação das mudanças curriculares propostas.

Palabras clave: policía paramilitar, socialização, rito de passgem, resistência institucional.

NEW RECRUIT TRAINING: TREATMENT, ACADEMIC SOCIALIZATION, AND RESISTANCE TO NEW POLICE TRAINING PROCEDURES IN BRAZIL

ABSTRACT

This article deals with the hazing carried out at the initial encounter of rookie recruits in the Military Police Academy, and its implications in reforming police instruction. It analyzes hazing as a component of an informal, alternative, academic curriculum, undermining the new, official curriculum of

Recibido: 18-09-2002 • Aceptado: 16-06-2003

instruction. It uses data collected from 31 semi-structured interviews, ethnographical techniques, and academic material produced for the recruits. It interprets the abuses, games, and punishments inflicted on rookie recruits by veteran police, showing evidence of differentiated and complementary meanings of rituals for themselves and the institution. It reveals the existence of a pact between the directive team and the veteran recruits while carrying out the hazing. It confirms results from studies on the role of rites involving loss of identity and the integration of the institution's new members. It sees hazing as an example of dualistic logic in new police instruction, and calls for a more democratic perspective, while maintaining authoritarian practices of socialization. It defends the end of hazing and its substitution by forms of collective celebration in contributing to the establishment of the proposed curricular changes.

Key words: Police recruit training, police training, hazing, brazil.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma discussão sobre a prática do trote (*hazing*) em uma academia de polícia[1], explorando as relações entre a manutenção desta tática de socialização e a reforma do ensino policial brasileiro.

Visto como um rito de passagem e acolhimento de novos membros pela instituições, o trote caracteriza-se por abusos contrários ao discurso de valorização, humana e profissional, da nova pedagogia do ensino policial, implementada no Brasil, a partir do final dos anos 80, por influência internacional e do ambiente de transição democrática no país.

A análise do trote no âmbito de uma academia de polícia reformada, busca contribuir para a discussão sobre o caráter contraditório, fragmentado e ineficaz do novos modelos de educação policial no mundo (Oakley, 1990;

1 Conquanto esta prática tenha sida abolida nas academias policiais de outros estados brasileiros, seus princípios, tais como o apagamento das diferenças e desrespeito aos direitos, continuam vigentes no quotidiano dessas academias.

Post-Gary, 1992; Bryett, 1992; Wortley *et al.*, 1995; Gayre *et al.*, 1996; Christie, 1996; Marion, 1998; Burger, 1998).

Na falta de vontade política para remover obstáculos sociais e institucionais, o novo ensino policial teve poucos impactos práticos na mudança do policiamento (Oakley, 1990; Marks, 1999), não se legitimando nas academias de polícia (Gayre *et al.*, 1996) nem se tornando um guia válido para instrutores e recrutas policiais (Chan, 2001).

No Brasil, por sua vez, Linhares de Albuquerque et al. (2001a;2001b) analisaram a resistência acadêmico-pedagógica ao novo ensino policial militar brasileiro, que se expressa na existência de um contra-currículo acadêmico, informal e alternativo, cuja função seria neutralizar, negar e modificar o currículo oficial renovado.

O contra-currículo refletiria o tipo de compromisso assumido pelas equipes dirigentes com o novo estilo de educação policial. Ao tempo que estas equipes dizem aceitar o currículo oficial reformado, elas manifestam desconfiança na sua eficácia e reafirmam práticas pedagógicas que vão contra as inovações planejadas.

Dando continuidade a esta discussão, o presente artigo interpreta a manutenção do trote dos recrutas como uma resistência e uma expressão do contra-currículo acadêmico, que reproduz práticas arcaicas de socialização fundadas no condenado treinamento sob pressão (*stress training*). O trote é visto ainda como uma tática de socialização que, ao lado da trama de estórias da cultura organizacional, tem tanta ou mais eficácia do que outros recursos, pedagógicos e administrativos, para veicular os valores tradicionais do ensino policial militar (Van Gennep, 1978; Rivière, 1996; Shearing e Ericson, 1984).

OBSERVAÇÃO

Este estudo etnográfico está fundado numa pesquisa sobre o cotidiano dos atores da Academia da Polícia Militar da Bahia – APMB, por meio da observação participante, entrevistas semi-estruturadas e registros de caderno de campo.

As informações vieram dos próprios alunos e sua coleta foi facilitada pela contratação de um dos pesquisadores como professor do quadro regular da instituição. Dada a convivência semanal, o incremento dos laços afetivos e da confiança, os recrutas decidiram manifestar-se sobre o tema em trabalhos de sala de aula. Este material acadêmico instigou sobremodo a curiosidade dos pesquisadores, orientando a formulação das primeiras hipóteses sobre o ritual.

Posteriormente, os debates em sala de aula sobre a temática complementaram as informações escritas, salientando a existência de discordâncias quanto à validade do ritual de ingresso na academia de polícia. Se muitas respostas escritas estavam contaminadas pela prototípica censura do universo policial militar, os debates catárticos e calorosos fizeram que outras revelações e sentidos sobre o trote viessem à tona.

Dos depoimentos obtidos junto às 67 recrutas, de duas turmas do 2º ano acadêmico da APMB, aproveitamos os depoimentos de 31 alunos, por serem mais detalhados, claros e completos. Também foram entrevistados quatro oficiais, com mais de 10 anos de formados e com opiniões divergentes entre si acerca do trote.

A seguir, após uma sucinta apresentação seqüência de cenas do trote e do ambiente da APMB, discutiremos os conteúdos do ritual, levando em conta as visões diferenciadas e complementares dos aspirantes, calouros e veteranos, assim como o pacto ritual estabelecido entre a equipe dirigente e os recrutas veteranos para a aplicação do trote.

CENAS DE UM TROTE

Quando a Academia retoma suas atividades no começo do ano letivo, os veteranos da casa já planejaram a recepção dos novos recrutas policiais, também chamados de *calouros*, *bichas* [homossexuais], *novinhas*, *lesos* (Leemon, 1972). Estes são recepcionados numa semana especial, onde a Academia os acolhe oficialmente por meio de homenagens, festas, palestras, torneios e, paralelamente, o trote. Os calouros adivinham que o caráter lúdico e a comicidade agressiva do ritual podem ser ultrapassados com a maior facilidade.

O trote na APM começa pelo barulhento despertar da calourada nos seus dormitórios, em plena madrugada. Ocorre entre três e quatro horas da manhã e os invasores, os alunos mais velhos, querendo arrancar *os bisonhos* dos beliches e do sono e marcar incisivamente o caráter penitencial do trote.

Em meio a isso, os veteranos disparam tiros de festim dentro do recinto, sopram apitos estridentes no ouvido das vítimas sonolentas, sacudindo-as bruscamente com os pés e mãos, gritam alucinados e soltam, em meio a xingamentos, dezenas de mensagens contraditórias de fazer e desfazer a cama, ficar em pé e rastejar ao mesmo tempo e outras ordens que os novatos recebem atordoados.

Serão seis dias de trote, quando os alunos do último ano, únicos detentores legítimos do poder de os aplicar, serão agentes de uma série de práticas ambivalentes como brincadeiras que provocam dor e levam o calouro à exaustão e, às vezes, ao médico; promoção de atividades engraçadas, onde o novato terá de ridicularizar-se, apresentar-se em situações vexatórias, sentindo vergonha; atitudes carregadas de sadismo que, paradoxalmente, aproximam, como veremos adiante, os novatos dos mais velhos (Castro, 1990).

Os calouros atravessam os fatigantes dias de trote entre jogos, brincadeiras, esquetes e escárnios dentre as quais se destacam: participar de uma corrida de carros onde os motores estão desligados e eles *serão os motores*, a empurrar os veículos lotados de veteranos, em competição, ou de, várias vezes ao dia, sem razão aparente, terem de *pagar* alguma coisa com centenas de abdominais e flexões, ou de comer farinha com a boca aberta, cuspindo ao falar com o outro calouro e recebendo deste também a comida ejetada, tendo que gritar o próprio nome com frases sem nexo e, de rastejar muitas vezes ao dia, não podendo comer nem dormir direito.

Ainda com respeito ao alimento, os neófitos fazem refeições regressivas onde comem primeiro a goiabada, depois a farinha, o arroz, o feijão, sempre com a boca aberta e mostrando aos demais o que estão mastigando.

Em lugar de ordem e sentido, os veteranos, dentro da pedagogia dos contrários (Castro, 1990), se travestem e militam desordem, comicidade, pressão psicológica e brutalidade, em meio a gargalhadas e violenta expressão de impulsos primários (Mattoso, 1985). A imagem mais clara deste jogo de inversões é a do rapaz aspirante, forçado, num momento, a fazer de-

monstrações de machismo (Kraska, 1996) e, após isso, ter que vestir e adotar trejeitos de mulher, requebrando como uma bailarina de pagode.

No mundo uniformizado da APM, onde a farda patenteia lugares e posições, essas jocosidades dilatam extraordinariamente o sentido de transgressão.

Apesar de a maior parte dos trotes conhecidos utilizar formas jocosas de ridicularizar a sexualidade, na APM, o trote não pode incluir maiores referências a ela. Trata-se de um tabu na instituição, que ainda não elaborou com naturalidade a presença de rapazes e moças, juntos, há apenas 10 anos, numa história corporativa de mais de um século e meio de onipresença masculina. Talvez por isso o ritual não separe práticas próprias para homens e para mulheres.

Um dos momentos mais emblemáticos e desafiadores do rito é quando os calouros recebem a ordem de conservar, durante horas a fio, uma barata viva, presa nas mãos em concha, sem soltá-la nem matá-la.

O AMBIENTE ACADÊMICO

A formação inicial dos aspirantes a oficial da Polícia Militar[2] baiana ocorre dentro dos muros da Villa Militar, em Salvador, no âmbito da Academia de PM, extenso espaço físico com quase um século de existência, carregado de histórias e tradições. Como em outras academias policiais, antes de uma pessoa entrar e obter uma bolsa de estudo de quatro anos, ela deve prestar um concorrido exame de admissão. Pela Academia circula anualmente um número aproximado de 280 estudantes. Estes rapazes e moças, com a idade entre 18 e 24 anos, salvo alguns aspirantes mais velhos, são,

2 A Polícia Militar, dedicada ao policiamento ostensivo e preventivo, é o mais numeroso corpo policial brasileiro, com um efetivo nacional de quase 350.000 funcionários em todo o país. Esta força policial tem um estatuto ambíguo, sendo coordenada pelos governos estaduais e pelo governo federal, por meio do Exército, do qual é uma força auxiliar. Identificada com o Exército, pela história, legislação, organização, prestação de contas, postura repressiva contra movimentos sociais, a polícia militar se notabiliza pela prática de graves violações dos direitos humanos (Chevigny, 1995; Lemos-Nelson, 2001; Paes Machado e Noronha, 2002).

ali, orientados por cerca de 40 professores(as) e instrutore(a)s, entre civis e policiais militares.

O novo currículo oficial da APMB foi elaborado entre 1992 e 1994, como parte da reforma policial da PM, e sua implantação ocorreu em 1996. O nascimento deste programa ocorreu em uma conjuntura marcada pelo crescimento do medo ao crime e questionamento das políticas policiais implementadas até este momento, levando a PM da Bahia a acompanhar o movimento de reforma policial que já vinha se desenvolvendo, desde a segunda metade dos anos 80, em estados brasileiros politicamente mais avançados do país[3].

Comparada com a reforma internacional, que visava recuperar o prestígio de polícias tidas como democráticas, a reforma brasileira incidiu sobre um modelo de polícia, autoritário, militarista e avesso à prestação de contas, superado no processo de institucionalização da cidadania e construção da hegemonia nos países do hemisfério norte-ocidental (Oakley, 1990; Post-Gary, 1992; Bryett, 1992; Wortley *et al.*, 1995; Gayre *et al.*, 1996; Christie, 1996; Marion, 1998; Burger, 1998; Marks, 1999; Chan, 2001).

Na elaboração desse novo currículo se buscou superar distorções no ensino policial anterior, que resultavam da aversão à participação de professores civis, pouco espaço concedido às humanidades e número excessivo de horas reservadas à educação física (Linhares de Albuquerque, 1999; Federico, 1999; Sapori, 2001).

A partir da implantação deste novo currículo, a formação dos futuros oficiais pulou de três para quatro anos letivos consecutivos. A formação dos futuros praças (sargentos e soldados), a título de comparação, se dá em um período de 6 meses e em condições infinitamente mais precárias.

Os aspirantes a oficiais submetem-se aos conteúdos de cinco grandes pilares de disciplinas: as administrativas e organizacionais; as jurídicas; as

3 A extensão e profundidade da reforma policial brasileira dependeu do seu escopo, amplo ou setorial, e da correlação de forças nos vários estados brasileiros, produzindo maiores impactos no estado do Rio Grande do Sul, onde ela é parte de uma reforma democrática mais ampla visando desprivatizar ou colocar a máquina estatal a serviço do interesse público (Paes Machado e Noronha, 2002).

de educação física e esporte; as disciplinas policiais específicas e, as de humanidades e língua portuguesa.

Além dessas matérias, consta um núcleo de atividades extra-curriculares muito valorizado, como a participação em olimpíadas militares, torneios esportivos e ensaios para comemorações oficiais. Ao lado disso, existem os estágios profissionais nas unidades da PM e experiências fora do espaço físico da academia, à exemplo da Jornada de Instrução Militar, conhecida como JIM (Linhares de Albuquerque *et al.*, 2001a;2001b).

Os três primeiros anos acontecem em regime de semi-internato: o/a recruta passa de segunda a sexta feira, após o almoço, no recinto da Academia, e o fim de semana com os familiares, caso mereça a folga e não seja punido com a dolorosa permanência na Academia, no fim de semana.

Os recrutas são oriundos predominantemente da classe média baixa e de bairros próximos da APM, uma área urbana pouco valorizada de Salvador. Mais de 85% dos ingressos em 1994, por exemplo, vieram de famílias onde nenhum dos progenitores possuía escolaridade universitária. Raro mesmo é encontrar um jovem de família branca e de classe média, com os dois pais com nível universitário. Aspirantes brancos pobres, provenientes do interior do Estado, estão em igual situação aos candidatos negros e mestiços da capital: vulneráveis aos processos socializadores da instituição (May, 1997).

Um número pouco expressivo, mas significativo, é o de filhos dos próprios oficiais da polícia militar que, além de portarem informações sutis sobre o *ethos* da cultura organizacional, possuem padrinhos ou *peixes*, essenciais para o sucesso nessa carreira.

Os aspirantes, de maneira geral, ingressam na Academia como num mundo novo, trazendo um profundo sentimento de insegurança e ansiedade, característico da primeira fase da socialização policial ou fase antecipatória (Van Maanem, 1978).

Os repertórios antigos - pessoais e parentais - não servem mais naquele palco. Salvo os ex-alunos do Colégio da PM, na Villa Militar, que já conhecem alguns *macetes* [pistas], os neófitos pisam naquele território com gravidade e sem idéia do que lhes espera pela frente. A perda do referencial

familiar os faz mergulhar numa crise sem igual, que para muitos será um marco divisório em suas existências.

Estes jovens em crise, residentes numa instituição total (Goffman 1996), são os mesmos que, nesta segunda fase da socialização policial, a do encontro, recebem esta carga extra de manifestações misturadas dos veteranos, dos que já estão completando o ciclo de socialização acadêmica ou terminando sua metamorfose em policiais militares (Van Maanem, 1978).

O fato dos recrutas estarem separados das suas redes sociais ou à disposição da instituição, facilita muito o trabalho dos veteranos aplicadores do trote, reduzindo as possibilidades de resistência dos novatos e permitindo aos veteranos se concentrarem inteiramente no despojamento da identidade dos novos integrantes da academia de polícia (Van Gennep, 1978; Rivière, 1996; Leemon, 1972).

O PACTO RITUAL

O trote segue na mão-dupla: tanto celebra a inclusão dos novatos, exorcizando jocosamente suas identidades civis, como favorece aos veteranos (Mattoso 1985), do último ano, únicos operadores da cena, a protagonizarem um rito iniciático marcante e divisor de tempos. A responsabilidade atribuída aos veteranos afirma ou testa sua capacidade em termos de transmissão da identidade profissional, fazendo temporariamente a mediação entre os dirigentes e os treinandos (Willis, 1977). Tão jovens, nem ainda formados, mas já hábeis para desempenhar o papel de instrutores, para o empreendimento da reprodução (Bourdieu *et al.*, 1992).

O *sujeito* protagonista do trote, portanto, não é o calouro, o *sujeitado*, mas o veterano quartanista, em vias de se tornar oficial. O trote se apresenta como um programa de iniciação ao poder, suprindo o vazio de um estágio explícito de iniciação nas táticas de coordenação e liderança. O trote ensaia visceralmente o jeito policial de liderar e nenhuma das pálidas disciplinas de gestão organizacional do currículo oficial alcança sua sutil complexidade.

Trotes e outros ritos tradicionais que pontuam o currículo oficial geram desconfiança na equipe dirigente (Goffman, 1996), que vem implementando o programa de modernização do ensino. A equipe desconfia da vali-

dade do rito porque, afinal, a APM adotou, desde 1996, um novo currículo de mais de quatro mil/horas aulas, que teoricamente promove valores distintos aos de ritos como este.

Vimos, por diversas vezes, que os aspirantes veteranos são alertados pelo Comando. Este, porém, não é tolo, não vai jogar fora a água com a criança. Ele sabe que não vai conseguir dizer tudo o que tem a dizer por meio da linguagem oficial. Há uma depositação de fé na simulação de realidade que o trote encerra. A instituição reconhece, de modo inconsciente, que os *novos* deverão passar pelo processamento de um rito denso e literalmente marcante, que sintetize os significados pelos quais a cultura organizacional se confirma. É melhor suportar a prática, mesmo com os excessos, porque ela comporta vantajosas virtudes, inclusive a de perpetuar a organização (Leon, 2000).

Consciente de que o quartanista ainda não está inteiramente maduro para o controle de sua agressividade e que durante o ritual podem ser cometidos exageros, o Comando da PM destaca um grupo de oficiais para *co-dirigir* o trote, *para dar limites e freios.* Nas palavras de Cristiana (21 anos), aluna do segundo ano, fica claro que: *os alunos do último ano é que lideram o trote, mas somente sob a supervisão de oficiais que têm ciência a respeito da programação dos eventos a serem aplicados nos calouros. Os outros cursos não têm direito de aplicar o trote.*

Ou seja, *o* Comando aprova a realização, outorga a uma equipe de oficiais algum controle, mas a execução do rito fica com os veteranos. O direito da aplicação de trote pela turma mais velha se sustenta na justificativa que os alunos mais novos não têm a mesma preparação psicológica das turmas mais velhas, supondo que aqueles, mais imaturos, poderiam distorcer o ritual com exercícios algo exagerados, perdendo o controle emocional e pondo em risco a eficácia desta ritualização.

É sintomático ainda que, durante o trote, não se permita nenhum contato entre os alunos do segundo ano e os do primeiro, os calouros. Assim, segundo Leila (21 anos) *é vetado qualquer contato com os novatos e nem sequer dão o direito de se falar com os calouros. É proibido se falar com os bichas.*

Recrutas mais novos são excluídos da agência do trote por serem, supostamente, transmissores incompetentes e inábeis do rito: faltaria a eles a

maturidade do espírito policial militar. Não são autorizados porque ainda não processaram de todo sua imersão na lógica corporativa. E como ainda não completaram sua metamorfose, não estão prontos para mediar o rito com os novatos.

Em vez de um rito clandestino, o trote configura-se, portanto, como um empreendimento de agência mista e o veterano que o lidera já pode se sentir com autoridade e incluído numa linhagem de oficiais. O trote simula, assim, a arte de comandar; o veterano opera lado a lado com oficiais, recebendo afetivamente o sinal do fim de um ciclo de aprendizagem.

Nem todos os alunos do 4º ano, contudo, desejam aplicar o trote. É facultativo ser agente do trote; não o é ser paciente. Liderar o rito implica também em sacrifícios, como noites sem dormir, trabalho extra e muitas reuniões prévias de planejamento, no detalhamento do processo (Leemon, 1972). Os integrantes devem entregar relatórios prévios e minuciosos aos oficiais que os levarão aos olhos do Comando. Conforme Iracema, 20 anos:

> *[as] ações são dicriminadas em relatório. Tudo é levado ao conhecimento do comandante da APM, os alunos mais antigos elaboram e apresentam ao Comando, podendo ou não passar por censuras.*

Ao receber da equipe dirigente o poder de ministrar o trote, os veteranos repetem instintivamente algumas práticas dos seus mestres, acoplando-as ao ritual de iniciação. O trote é costurado por exercícios e penitências que reproduzem o modelo do treinamento sob pressão (*stress training*), fundado em punições, experimentado por eles ao longo de sua aprendizagem (Palmiotto *et al.*, 2000; Post-Gary, 1992; Linhares de Albuquerque *et al.*, 2001 a; 2001 b).

O trote reproduz, assim, a cultura policial militar, que reescreve sobre sua textualidade iniciática os *scripts* das suas formas tradicionais de ensino, à exemplo da valorização monocórdica do grito, da liderança associada ao berro. Não importa se não há comunicação no berro, se estrategicamente, como sugere a crítica do treinamento sob pressão, a voz normal viesse a obter uma resposta mais eficaz.

Diante disso, fica difícil instaurar outros climas de aprendizado e investir em práticas cuja tônica recaia sobre a reflexão, a análise de situações,

o estudo das estratégias de decisões e outras habilidade que poderiam melhorar a performance esperada dos novos policiais (Guimarães, 2000; Palmiotto *et al.*, 2000; Post-Gary, 1992).

A necessidade de inculcar e modelar se sobrepõe na cena e o que poderia ser apenas uma prática espontânea, se torna a redundância de um equívoco. Confirmando essa redundância, os calouros denunciam o componente de pressão e manipulação psicológica do ritual, como pode ser verificado nas palavras de João (23 anos):

> *Nos trotes da APM, procura-se trabalhar bastante o psicológico. Somos levados a participar de situações que consideramos ridículas como contar piada para estátuas, dizer coisas engraçadas quando alguém chama o nosso nome etc.. Trabalha-se muito o psicológico também através da pressão e do estresse como acordar às três horas para correr até as seis, ouvir ordens diferentes ao mesmo tempo, obedecer a uma delas e ainda ser considerado errado... Alimenta-se a idéias que pode-se extrapolar nos exercícios, há um poder secreto e opressor, o trote é um mergulho no melhor estilo militar da pura pressão.*

Como esta iniciação se dá em terreno acadêmico, deve-se questionar se ela não anula boa parte da nova ideologia curricular. Afinal, como ficam tais práticas diante da filosofia modernizadora do currículo oficial? Porque a tônica não está em atitudes de integração e liderança? A resposta é que a manutenção desta, e de outras práticas tradicionais (Linhares de Albuquerque, 2001a; 2001b), se inscreve numa lógica dualista, de alimentar discursos renovadores e, ao mesmo tempo, acionar estratégias contra estas.

O DESPOJAMENTO DA IDENTIDADE

O trote demarca a migração do mundo civil/sem status para o mundo policial militar/com status. Ora, se os calouros pedem ingresso, não podem entrar sem mais nem menos: faz-se necessário marcar esta passagem (Leemon, 1972). Para isto se faz necessário proceder ao *esvaziamento* e operar a *assepsia* da identidade pregressa (Dornbusch, 1955). Este procedimento é si-

milar ao de outras organizações, civis ou militares, onde o importante é marcar a passagem, o deslocamento de uma cultura para a outra (Rivière, 1996).

O ritual do trote tem um vocabulário de verbos onde se destacam os termos: *amassar o otário* [estúpido], *modelar os viadinhos* [homossexuais], *apagar o civil*, *arrancar o burguesinho* e outras expressões que nos remetem à idéia de manipulação da identidade do outro.

A tônica se dá na redução dos participantes, todos devem ser reduzidos, amaciados mediante o ato de rastejar. Por que há tanto *rastejamento*, horizontalidade, em uma cultura onde a hierarquia pretende a verticalidade máxima? Onde o corpo ereto, adestrado, encarna prontidão para o ataque?

Rastejamento é próprio de invertebrados, impondo ao corpo um retorno à base, ao chão, como a barata contida na mão, iniciando o aprendiz num lugar de partida, comum, onde não interessam insígnias de cor, classe, gênero e outras marcas de *status* (Leemon, 1972). Isso é o que foi dito claramente por Alcides (23 anos):

> *não adianta, teve uma novata com jeito de 'patricinha'* [moça de classe média], *que mora na Pituba* [bairro de classe média], *estudou em colégio de freira e tal e na hora do trote teve que 'traquejar'* [fazer um esforço penoso] *como todo mundo, teve que ficar se arrastando para cima e para baixo, como todo mundo. Não tem essa não, ela estava lá, melada de farinha, lama, no barro, junto com os outros que vieram de bairros lenhados* [deteriorados] *da periferia, não tem nem branco nem filhote de major, é tudo rastejando com a barata na mão.*

Fique claro que o trote não humilha aquele que aspira a um *status* superior. Em lugar disso, ele ensina que, antes de subir, é necessário fazer-se igual aos demais (Clastres, 1990: 129). Por esta razão, os aspirantes veteranos, agentes do rito, não acatam a importância dos sobrenomes, dinheiro ou prestígio social. A vida pregressa do novato está morta e é sempre um mau negócio apelar para qualquer nomeação pretérita.

O trote da barata viva na mão é chocante e aparece em muitas descrições. A violência em relação às baratas parece ser analógica à violência que os calouros temem. Repete-se nos relatos alguma identificação com a imagem: ambos, a barata e o novato, podem ser esmagados a qualquer momen-

to, mas isto não faz parte do jogo, nem de sua lógica nem de sua ética. O mérito do jogo violento será manter vivo o outro, na condição de inseto, ainda que isso desperte a viva indignação do mesmo aspirante citado antes: *Qual é a graça de ser obrigado a andar de mãos dadas com uma barata na mão e no fim do dia ter que entregá-la viva?*

Culturalmente, o repúdio gritante por esse inseto é mais explícito entre as mulheres. No trote, as jovens que cumprem esta pena passam por um desafio bem maior que os rapazes, que foram adestrados no recalque dos seus medos ao longo de um extenso modelamento (Elias, 1997) da masculinidade, enquanto elas, para se tornarem guerreiras, devem superar, naquele momento, o asco e qualquer forma de fragilidade que possa parecer inaptidão para a carreira policial.

Desfigurado(a)s e coberto(a)s de um mistura de urina, talco, barro, tintas e travestido(a)s, tornados *baratas* nas mãos dos senhores, os neófitos só reencontrarão sua dignidade se estiverem de acordo com as exigências da nova situação de vida a que aspiram. O ritual seria parte de uma pedagogia de afirmação e não de diálogo, na qual o(a)s iniciado(a)s devem permanecer silencioso(a)s, consentindo com tudo que os leva a ser membros integrais da comunidade (Clastres, 1990).

Alguns depoentes conseguem discernir as relações de poder emaranhadas nesse sentido de hierarquia, pelas quais os mais velhos devem confirmar a aprendizagem das lições recebidas e passar as regras do jogo aos novos (Mattoso, 1985; Leemon, 1972; Leon, 2000). Aprende-se a classificar, cada um assimila sua própria posição na hierarquia, nem que seja através das maiores humilhações, como disse Aline, 22 anos:

> *Não posso esquecer, e foi ali que eu aprendi, na entrada do curso, que isso aqui* [a Academia] *retira minha dignidade a todo instante, basta ver como os oficiais nos tratam, não são educados para com os alunos. Para eles, só os oficiais têm valor. A sociedade corre um grande risco com os animais que a APM forma.*

Algumas formas de tratamento também denunciam a instituição dessas relações de poder e lugares ao longo do rito. Neófito(a)s são obrigado(a)s a tratar veteranos por *senhor* e *senhora* (Leemon, 1972) A situação pode ser ridícula, contudo o tratamento é sempre respeitoso, lembrando que

o rito instaura uma atmosfera de reverência, mesmo quando o drama é aparentemente banal, como declarou Rodrigo, 23 anos:

> *Trote na APM é rito de iniciação na noção de hierarquia; obedecer, aceitar o lugar e a posição na escala que cabe a cada um naquele momento histórico, no qual os mais velhos detêm o poder e os novatos são como párias*

O trote dá esse gozo ao veterano: mesmo na pantomima será tratado como superior, como senhor de um lugar poderoso, uma autoridade, em suma, como oficial. Inicia o recém ingresso numa posição inferior na escala e o coloca na condição do que obedece.

Em resumidas contas, o trote *limpa* a condição de civil, de *burguesinho*, de *patricinha* ou *mauricinho* [rapaz de classe média] e prepara o novato para a inserção em um "nós" membros da academia policial, que estão se preparando para se tornarem seres devotados e sacrificados ao policiamento, diferentes do "eles", os "civis folgados", que não passaram pelo ciclo de socialização policial ou usufruem do trabalho policial sem lhe dar o merecido valor.

A MARCAÇÃO DO CORPO

O corpo dos recrutas constitui-se, na dinâmica do rito de iniciação, em superfície ótima para inscrições institucionais. O corpo, tornado texto propício, documenta os saberes e poderes da cultura organizacional por meio de marcas incisivas, feitas na carne dos neófitos. Muitas das marcas servirão de lembrança daqueles dias de transposição e salto qualitativo, quando eles deixaram a identidade de civis e abraçaram a condição de recrutas da Polícia Militar (Foucault, 1984; Rivière, 1996; Teather, 1997).

À exemplo da colônia penal de Kafka (1995), onde os agentes do sistema penitenciário escrevem a norma diretamente na pele dos culpados, para que estes a aprendam com suas próprias feridas, no rito da APM os corpos dos jovens serão tratados como folhas de papel em branco, aptas a receberem o código da corporação. No corpo, a lei se inscreve visceralmente, no verso e no reverso, atingindo músculos, indumentária, hábitos alimentares e regras de comensalidade.

Como não poderia ser diferente, numa instituição, em grande parte, masculina e machista como a APM, os desafios do trote são testes de resistência física. Assim, a série de exercícios penosos, sustos, simulações de percursos de combatentes, prostrações e rastejamentos contribuem para dar uma antevisão das futuras provas acadêmicas que esperam os recrutas, enfatizando a necessidade destes adotarem uma postura corporal compatível com sua nova identidade (Clastres, 1990; Rivière, 1996).

A indumentária, alvo de todos os trotes, em diferentes organizações, também serve para a iniciação na nova identidade. Trata-se de profanar a imagem social dos recrutas, despindo-os das roupagens prosaicas e preparando-os para vestir o uniforme mítico da corporação. É por isso que, no momentos mais intensos do trote, os calouros devem vestir-se com extravagância, pelo avesso, ridiculamente, com sacos de lixo utilizados como camiseta, cuecas usadas como bonés, rostos borrados de mertiolate, guache, gema de ovo, lama, maionese, farinha ou iogurte. O calouro, com a indumentária profanada, apresenta um corpo novo, uma aparência desconhecida onde a sujeira da roupa é a melhor tradução de uma identidade desfeita ou por refazer.

Os usos profanatórios dos alimentos não se esgotam na poluição das roupas dos novatos, mas atinge hábitos alimentares e regras de comensalidade. O trote, ao obrigar os recrutas a desafiarem seus hábitos alimentares, invertendo, na refeição regressiva, a ordem de ingestão dos tipos de alimentos (por exemplo salgados/doces), institui uma comida ritual, uma refeição sacrificial que, embora feita de ingredientes conhecidos e não de elementos estranhos e condenados culturalmente (Leemon, 1972), une os participantes em torno de uma experiência transgressiva.

Ainda como parte desta refeição transgressiva, o rompimento das regras de comensalidade – comer com a boca fechada, não ejetar alimentos à mesa etc. -, adquiridas no processo civilizador (Elias, 1993), desorienta os recrutas, abalando as representações que eles têm de si mesmos, forçando-os a regredirem a estágios primários do seu desenvolvimento pessoal. Tornados crianças, os recrutas refazem seu percurso de seres socializados, predispondo-se a assunção da nova identidade sócio-profissional e pessoal.

O trote ritualiza essa iniciação dos corpos no espírito policial militar, docilizando-os e transformando-os em máquinas adequadas à instituição (Foucault, 1984). Serão em breve estudantes promissores da academia que espera deles uma interiorização completa do seu código. Em uma palavra, a lei, como substância inerente ao grupo, faz-se substância e vontade pessoal do indivíduo (Clastres, 19900)

Os legisladores são, como já vimos, os veteranos que já internalizaram a norma da casa e viraram máquinas de escrever o código da instituição. Nesta escrita, os veteranos enquadram e tornam os novatos cúmplices de expressões institucionais das mais ambivalentes.

REPRODUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

Em contraste com antigos recrutas das academias militares que, vendo o trote como uma prática positiva, contribuíam para sua reprodução (Leon, 2000), os aspirantes da APM adotam uma visão mais crítica e nuançada do mesmo, defendendo a transformação do rito num verdadeiro meio de integração e não, como acontece atualmente, de negação das diferenças e direitos elementares dos novos recrutas.

É assim que, os recrutas, ao se posicionarem sobre a validade do trote na socialização acadêmica, consideram que suas provas são mais *inúteis* (irracionais e sem sentido educacional) do que *úteis* (racionais e válidas para o processo educacional).

Üteis são os trotes que dão lições de vida, disciplinam para a convivência no quartel, aproximam os novos dos velhos alunos e estimulam atitudes *militares* tais como coragem, abnegação, resistência à dor, privação e exposição a situações de limite (Leon, 2000).

Trotes úteis também incluem, sem maiores problemas, a exploração da força de trabalho dos calouros para cuidar do fardamento, limpar botas, lustrar fivelas de cintos e polir as armas dos veteranos. Mais sentido vêem, porém, nas provas de esforço físico, já que haveria uma correspondência entre ser policial e ser atleta, mesmo que estas provas sejam ministrados em situações vexatórias.

De qualquer modo, os relatos enumeram uma lista enorme de provas irracionais, desprovidas de nexo e valor, que caracterizam o trote como uma sessão disfarçada de *vingança, arbitrariedade, sarcasmo e humilhação, sem nada de confraternização.*

Confrontados, entretanto, com a hipótese de se, caso tivessem poder para tanto, extinguiriam ou manteriam o rito do trote na APM, 29 dos 31 sujeitos entrevistados posicionaram-se a favor da conservação do mesmo, mas com modificações. Assim, mesmo os recrutas mais adversos, não se inclinariam em extinguir a prática em si, mas em reelaborá-la no sentido de evitar lesões corporais e humilhações gritantes (Liliane, 19 anos).

Os mais pragmáticos chegam a propor a *substituição do trote por uma semana de confraternização, incluindo palestras e explicação de como funciona a APM: diminuiria o choque dos caras na passagem entre o mundo civil e o militar. Deveria ser mais instrutivo e não basear-se no 'besteirol'* [bobagens] (Pedro, 21 anos).

Os que aprovam sua continuidade vêem, como Roberto (21anos): *força e sabedoria na tradição que serve para testar a capacidade psicológica dos novos alunos.* Muitos ainda se referem à importância das informações *macetosas* [pistas] recebidas, neste momento, sobre a vida na Academia.

A parte *boa* ou positiva do trote, ainda segundo os recrutas calouros, se deve ao fato de ele poder produzir, mesmo com suas discrepâncias, uma atmosfera de descontração e entrosamento entre recrutas calouros e veteranos.

A culminação deste entrosamento ocorre no momento de integração do ritual, após a semana de calouros, quando os veteranos buscam, por palavras e gestos reconciliadores, relativizar sua responsabilidade, despersonalizando e reforçando o papel do rito na socialização das gerações de policiais que vieram antes e virão posteriormente (Castro, 1990; Chan, 2001).

O trote deve ser visto como uma crise artificial que se confronta com a crise real, subjetiva, dos recrutas na fase de encontro com o ensino policial. Conquanto o rito produza enorme quantidade de estresse, isto não é muita coisa diante da outra sobrecarga emocional que o(a) novato(a) traz na sua bagagem psíquica.

Por meio desta tática de socialização, os calouros são desafiados a enfrentar seus medos, sendo colocados em situações de tensão e sofrimento para que abandonem outras tensões, para que retirem o sentido dos velhos vínculos e abandonem a sua velha tribo sentimental civil. De agora em diante, a família deles é ali; que se sintam albergados, de coração, pelos colegas e instrutores da academia de polícia.

Com a bênção da equipe dirigente e a participação dos veteranos, que estão se despedindo, os novatos ingressam pela porta da frente da academia de polícia, onde terão oportunidade, chegada sua vez, de repetir a mesma experiência com outros calouros aturdidos pelo encontro com a academia de polícia.

Nesse sentido, é irônico verificar que as críticas e resistências ao trote, como acabamos de ver, não são suficientes para acabar com esta prática darwinista de formação (Leon, 2000), levando gerações sucessivas de calouros a passarem da condição de pacientes à de agentes do trote, cedendo às táticas de socialização e assegurando a reprodução ideológica do ensino policial.

Tal lógica perversa, em que as vítimas se tornam, por sua vez, vitimizadoras parece ter chegado ao fim com a divulgação dos resultados do presente estudo, a partir do ano 2000, quando a equipe dirigente da APMB resolveu banir o trote, substituindo-o por meras provas de resistência física, sem os abusos aqui retratados.

CONCLUSÃO

Apesar do crescente banimento do trote nas instituições de ensino, ele persiste, em muitos lugares, como meio de celebração do acolhimento de novos integrantes pelos grupos e organizações. Tal como outros ritos de passagem, o trote contribui para a demarcação de lugares hierárquicos entre calouros e veteranos, proclamando as regras do grupo e assinalando mudanças na identidade dos novos membros (Rivière, 1996; Linhares de Albuquerque, 1999; Linhares de Albuquerque *et al.*, 2001a, 2001b).

No que se refere à Academias de Polícia da Bahia, a manutenção do trote, pelo menos até o ano 2000, reflete a crença arraigada nas virtudes pe-

dagógicas desta prática darwinista, ainda que ela contradiga a nova proposta de ensino fundada na valorização dos recrutas policiais (Linhares de Albuquerque, 2001a; 2001b).

A falta de confiança da equipe dirigente no novo estilo de ensino policial está na origem do pacto ritual estabelecido entre ela e os recrutas veteranos, por meio do qual a aplicação do trote é delegada a estes últimos.

À exemplo das técnicas empregadas no treinamento sob pressão, o trote exige do recém ingresso o sacrifício de sua identidade anterior, civil e inculca no aprendiz uma modalidade autoritária de policiamento, com o abuso do lugar hierárquico, a docilização do outro e seu silenciamento, com repercussões negativas previsíveis para a formação daqueles que mais adiante farão o policiamento da sociedade.

Como parte do chamado contra-currículo acadêmico policial, o trote e os treinamentos militares de recrutas policiais (Linhares de Albuquerque *et al.,* 2001 a;2001b), empurram as mudanças do cotidiano acadêmico para um passado glorioso e narcisista, quando não se questionava a identificação da polícia com as forças armadas, o militarismo e a mentalidade guerreira (Bayley, 1985; Waldman, 1996; Birkbeck, 1996;Tavares dos Santos, 1997; Soares, 2000; Lemos-Nelson, 2001; Kraska, 1996; Franke, 2000; Bisol, 2002).

Essa coexistência ou dualidade entre o novo e velho se reflete nas imagens dos policiais formados dentro da academia de polícia, as imagens de *Dorian Grey e Frankstein.*

A imagem de Dorian Grey fala de um sujeito que trazia a ânsia de permanecer eternamente jovem, conservando corpo e face por meio de um artifício enganoso, ao tempo que seu rosto verdadeiro envelhecia, num socavão. A imagem de Frankstein, por sua vez, é produzida pela sobreposição de blocos de conhecimento, pela formação de uma criatura composta por partes distintas de outros seres. Se o criador julgava poder encontrar o todo pelo somatório das partes, a sobreposição destas, no caso dos policiais formados pela APMB, resultou numa criatura estranha, sem alma, raiz ou destino, sem ego ou superego, sem limites do seu poder, revoltada com tudo isso e sem pudor de extrapolar no uso da força.

Acreditamos que o segredo do novo ensino policial militar brasileiro consiste nesta combinação de princípios renovadores (currículo oficial) com práticas conservadoras e autoritárias (contra-currículo), dentro de uma lógica dualista que beira a má fé: aprender os saberes do currículo reformado, que garantam a boa imagem contemporânea do policial *light*, mas conservando a raiz na paisagem mítica, onde a polícia prossegue nos estereótipos cruéis, de excesso de uso da força, na certeza de que exerce no social a função paterna (Gabaldón, 1996; Lévy, 2001).

O debate sobre estas questões poderá promover um novo sentido de memória, alertar a polícia que a era do pai transmudou e que hoje a rede social opera melhor na função fraterna (Lévy 2001). Convocar a Corporação para questionar que modelo de figura de pai pode existir na democracia. Aliás, recordar que a democracia é a dinâmica de um social movido pelo estranhamento de ainda haver um pai, um pai tão onipotente e controlador. O debate poderá estimular os operadores da segurança pública a conceber um outro modelo de autoridade paterna e tornar-se parceira na tomada desta fortaleza mítica imaginária.

Numa linha mais pragmática, e como já foi dito em outro momento (Linhares de Albuquerque *et al.*, 2001a, 2001b), os segmentos envolvidos na reforma do ensino policial devem ir além das mudança formais nos programas de formação, identificando e substituindo componentes dos contra-currículos policiais, como o trote, por práticas conseqüentes com a democratização do ensino e da atividade policial.

LISTA DE REFERENCIAS

BAYLEY, D.H. 1985. **Patterns of policing: a comparative international analysis.** New Brunswick: Rutgers University Press.

BIRKBECK, C.H. "Clase social y criminalización: un estudio empírico referido al Area Metropolitana de Mérida." In: **Control social y justicia penal en Venezuela; ensayos en homenaje a Héctor Febres Cordero**. Mérida: Universidad de Los Andes.

BISOL, J.P. 2002. "Foraclusão institucional". In: Benedito Domingos MARIANO e Isabel Freitas (orgs.). **Polícia: desafio da democracia brasileira**. Porto Alegre: Corag.

BOURDIEU, P. e PASSERON, J.A. 1992. *A reprodução:* **elementos para uma teoria do sistema de ensino.** Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BRYETT, K. 1992. "Police recruit preparation in Australia." **Canadian Police College Journal**, 16 (3), 175-183.

BUERGER, M.E. 1998. "Police training as a Pentecost: using tools singularly ill-suited to the purpose of reform". *Police Quaterly*, 1(1), p. 27-63.

CASTRO, C. 1990. **O espírito militar: um estudo antropológico na Academia Militar das Agulhas Negras**. Rio de Janeiro: Zahar Editor.

CHAN, J. 2001. "Negotiating the field: new observations on the making of police officers". **Australian and New Zealand Journal of Criminology**, 34(2), 14-133.

CHEVIGNY, P. 1995. **The edge of the knife: police violence in the Americas**. New York: New York Press.

CHRISTIE, G.; PETRIE, S. and TIMMINS, P. 1996. "The effect of police education, training and socialisation on conservative attitudes." **Australian and New Zealand Journal of Criminology** 29 (3), 299-314.

CLASTRES, P. 1990. **A sociedade contra o Estado**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

DORNBUSCH, S.M. 1955. "**The military academy as an assimilating institution**". *Social Forces* 33: 316-321.

ELIAS, N. 1993. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

ELIAS, N. 1997. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar.

FEDERICO, V. 1999. **Um caso de polícia. Reorganização, capacitação profissional e polícia Comunitária na PMBA**. Salvador: Escola de Administração da UFBA.

FOUCAULT, M. 1984. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal.

FRANKE, V.C. 2000. "Duty, honor, country: the social identity of West Point cadets". **Armed Forces & Society; an Interdisciplinary Journal**, v. 26 i2 p. 175.

GABALDÓN, L.G. 1996. "La policia y el uso de la fuerza física en Venzuela". In: P. Waldman (ed.). **Justicia en la calle: ensayos sobre la policia en América Latina.** Medellin: Biblioteca Jurídica, p. 269-281.

GAYRE, C., SIMON, P. et al. 1996. "**The effect of police education, training and socialization on conservative attitudes**". *Australian and New Zeland Journal of Criminology* 29 (3), p. 299-314.

GOFFMAN, I. 1996. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Ed. Perspectiva.

GUIMARÃES, L.A.B. 2000. "Valores institucionais: a prática policial militar e a cidadania". **Unidade – Revista de Assuntos Técnicos da Polícia Militar**, Ano XVIII, n. 41, jan./mar., p.45-85.

KAFKA, F. 1995. **Na colônia penal**. São Paulo: Perspectiva.

KRASKA, P. 1996. "Enjoying militarism", **Justice Quarterly**, *vol. 13, n o.3, sept. p.405-429.*

LEEMON, T.A. 1972. **The rites of passage in a student culture: a study of the dynamics of transition**. New York/London: Teachers College Press.

LEMOS-NELSON, A.T. 2001. "**Judiciary police accountability for gross Human Rights violations: the case of Bahia, Brazil**". Ph.D. diss., University of Notre Dame.

LEON. P. W. 2000. **Bullies and Cowards: the West Point hazing scandal, 1898-1901**. Wesport/London: Greenwood.

LÉVY, A. 2001. **Ciências clínicas e organizações sociais; sentido e crise do sentido**. Belo Horizonte: Autêntica/ FUMEC.

LINHARES DE ALBUQUERQUE, C.F.A. 1999. "**Escola de bravos: cotidiano e currículo em uma Academia de Polícia Militar**". Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia.

LINHARES DE ALBUQUERQUE, C.F.A. e PAES-MACHADO, E. 2001a "Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar". **Sociologias**, ano 3, n. 5 jan/jun, p. 214-236.

LINHARES DE ALBUQUERQUE, C.F.A. e PAES-MACHADO, E.2001b. "O currículo da selva: ensino, militarismo e ethos guerreiro nas academias brasileiras de polícia". **Capítulo Criminológico** vol. 29, n. 4, diciembre, 5-33.

MARION, N. 1998. "Police academy training: are we teaching recruits what they need to know?" **Policing** 21(1), p. 54-79.

MARKS, M. 1999. "Changing dilemmas and the dilemmas of change: transforming the public order police unit in Durban". **Policing and Society**, 9,157-179.

MATTOSO, G. 1985. **O calvário dos carecas: história do trote estudantil**. São Paulo: EMW.

MAY, L. 1997. "Socialization and institutional evil". In: L. May and J. Kohn (ed.) **Hannah Arendt: twenty years later**. Cambridge: MIT Press. p. 83-105.

OAKLEY, R. 1990. "Police training in ethnic relations in Britain". **Police-Studies**, 13(2), 47-56.

PAES-MACHADO, E.; NORONHA, C.V. et al. 1997. "No olho do furacão: brutalidade policial, preconceito racial e controle da violência em Salvador". **Afro-Ásia**, 19/20: 201-226.

PAES-MACHADO, E., NORONHA, C.V. 2002. "Padrões de trabalho e tendências do uso da força policial no Brasil." In: Rubens Pinto Lyra (org.) **Direitos humanos: os desafios do século XXI - uma abordagem interdisciplinar**. Brasília: Brasília Jurídica. pp. 225-240.

PALMIOTTO, M., BIRZER, M. et al. 2000. "Training in community policing: a suggested curriculum. **Policing – An International Journal of Police Strategies and Management** 23 (1), p. 8-21.

POST-GARY, M. 1992. "Police recruits: training tomorrow's workforce". **FBI Law Enforcement Bulletin** 61(3), p.19-24.

RIVIÈRE, C. 1996. **Os ritos profanos**. Petrópolis: Vozes.

SAPORI, L.F. 2001. **A parceria polícia-universidades-ongs: sinais promissores de mudança na sociedade brasileira**. Porto Alegre: mimeo.

SHEARING, C. e ERICSON, R.V. 1984. "Culture as figurative action", **British Jornal of Sociology** n. 42 (4), p.481-506.

SOARES, L.E. 2000. **Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras.

TAVARES DOS SANTOS, J.V. 1997. "A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência". **Tempo Social** v.9, n.1 (maio), p. 155-167.

TEATHER, R.G. 1997. **Mountie makers: putting the Canadian in RCMP**. Surrey: Heritage House.

VAN GENNEP, A. 1978. **Os ritos de passagem.** Petrópolis: Vozes.

VAN MAANEN, J. 1978. "Observations on the making of policemen". In: Manning, P.K. E Van Maanen, J. (eds.). **Policing: a view from the street**. Santa Monica: Goodyear Publishing Company, p. 292-308.

WALDMAN, P. (ed.) 1996. **Justicia en la calle: ensayos sobre la policia en América Latina**. Medellin: Biblioteca Jurídica.

WILLIS, P. 1977. **Learning to labor: how working class kids get working class jobs**. New York: Columbia University Press.

WORTLEY, R. e Homel-Ross, J. 1995. "Police prejudice as function of training and out group contact: a longitudinal investigation". **Law and Human Behavior** 19(3), p. 305-317.